



Reservas de Gás em Moçambique - O Instituto Nacional de Petróleo (INP) de Moçambique anunciou que uma companhia petrolífera norte-americana descobriu grandes depósitos de gás natural na bacia sedimentar do Rovuma, em Moçambique. [Pag 2](#)

Moçambique abre representação junto da CPLP - O Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza, nomeou Faizal Faquir Cassamo para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário e Representante Permanente da República de Moçambique junto da CPLP. [Pag 3](#)

O Estado Islâmico de Azawad - Aproveitando a fraqueza do regime de Bamako, minado por divisões internas, os diversos movimentos tuaregues proclamaram a independência da parte norte do Mali, abrangendo as cidades de Gao e Tombuctu. [Pag 3/4](#)

Candidaturas às Presidenciais Angolanas - Com vista à realização das eleições gerais em Angola, o Tribunal Constitucional abriu, partir de 19 de junho, o período durante o qual os partidos políticos e coligações podiam apresentar as candidaturas às próximas eleições gerais. [Pag 4](#)

Ponte Maputo Catembe - De acordo com informações do Ministério das Finanças moçambicano, o banco chinês Exim Bank vai financiar com cerca de 60 milhões de euros a construção da Ponte Maputo-Catembe, que vai ligar as duas margens da Baía de Maputo. [Pag 5](#)

Eleições Presidenciais no Egito - Mohamed Morsi, candidato do movimento Irmãdade Muçulmana, foi declarado vencedor das eleições presidenciais no Egito, chegando assim o movimento islamista ao poder após vários anos de luta. [Pag 5](#)

Moçambique Ratificou Acordo Ortográfico - O Conselho de Ministros de Moçambique ratificou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A posição de Moçambique teve em conta o facto de ter assumido a presidência da CPLP. [Pag 5](#)

Novo Líder do MLSTP-PSD - O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata, principal força política da oposição são-tomense, elegeu Jorge Amado, como seu novo líder. Doutorado em ciências agrárias, Jorge Amado, de 58 anos, foi eleito por unanimidade no Conselho Nacional do seu partido, após derrotar os outros três candidatos. [Pag 6](#)

Cimeira da CPLP em Maputo - Teve lugar em Maputo a 20 de julho a IX Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, foram debatidos, durante este encontro, a eventual adesão da Guiné Equatorial à CPLP e a presença de representantes do governo da Guiné Bissau saídos do golpe de 12 de abril. [Pag 6/7/8](#)

Nova Procuradora do TPI - A jurista gambiana Fatou Bensouda assumiu o cargo de Procuradora do Tribunal Penal Internacional (TPI) em Haia, substituindo o argentino Luis Moreno-Ocampo. [Pag 8](#)

Reunião Empresários Lusófonos - Empresários de língua portuguesa reuniram-se em julho, em Luanda, para debater o reforço da cooperação económica e testemunharem a passagem da presidência da Confederação Empresarial da CPLP para Moçambique. [Pag 9](#)

XIX Cimeira da União Africana - Inicialmente prevista para o Malawi, realizou-se em Adis Abeba a XIX Cimeira da União Africana, sob o tema "Promover o Comércio Intra-Africano". [Pag 9/10/11](#)

Ilha do Príncipe - Reserva Mundial da Biosfera - No dia 11 de julho, a UNESCO, declarou a Ilha do Príncipe como reserva mundial da biosfera. A lista da Reserva da Biosfera foi instituída pela agência da ONU, para abrigar uma rede de áreas mundiais que se destacam pelo seu valor ambiental para a humanidade. [Pag 11](#)

Tensão religiosa agrava-se na Nigéria - Desde a sua independência, todos os governos na Nigéria tiveram que lidar com um delicado equilíbrio entre as diferenças religiosas, regionais e étnicas que existem no país, sendo, actualmente, as clivagens religiosas, a principal fonte de conflito. [Pag 11/12](#)



Reservas de Gás em Moçambique

■ Luís Castelo Branco

O Instituto Nacional de Petróleo (INP) de Moçambique anunciou em maio, em Maputo, que a Anadarko Petroleum Corporation, uma companhia petrolífera norte-americana com sede no Texas, descobriu grandes depósitos de gás natural na bacia sedimentar do Rovuma, ao largo da costa da província de Cabo Delgado, norte de Moçambique. Segundo as primeiras estimativas, o novo jazigo terá reservas avaliadas em 566.300 milhões de metros cúbicos de gás. A exploração dos novos recursos deverá começar em 2018.

A descoberta da Anadarko, operadora da Área 1 da Bacia do Rovuma, ocorreu num furo designado por Golfinho a 12 de Abril de 2012. Segundo a Anadarko, neste furo foi descoberto uma acumulação de gás natural a 16 kms da costa da Província de Cabo Delgado e a 32 km a Noroeste dos jazigos de gás com a designação Prosperidade. A descoberta ocorreu em areias de idade Oligoceno, com a espessura de 59 metros, e está geologicamente separada das outras acumulações de gás já identificadas.

Após a finalização das operações de abertura deste furo, a plataforma de perfuração Belford Dolphin será movimentada até ao local da abertura do furo de pesquisa Atum.

Um comunicado da Anadarko, refere que esta nova descoberta acresce a uma outra descoberta da mesma empresa no complexo designado por Prosperidade, cujas estimativas indicam para a existência de 17 a 30 TCF de gás natural recuperável.

A Anadarko ainda possui três áreas por explorar dentro da Área 1, nomeadamente Orca, Atum e Linguado. Comentando sobre a descoberta, o vice-presidente das explorações mundiais da Anadarko, Bob Daniels, disse que o sucesso do furo Golfinho expande de forma significativa o tremendo potencial de recursos nas águas profundas da Área 1 na Bacia do Rovuma, com novas oportunidades ainda por testar. Esta descoberta ocorreu apenas a 10 milhas offshore, providenciando vantagens potenciais em termos de custos para as opções de futuros desenvolvimentos.

Os concessionários da referida área são a Anadarko Moçambique com 36,5% das ações, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (15%), a Mitsui, do Japão (20%), a Videocon e Barat Petroleum, ambas da Índia (10% cada empresa), e a Cove Energy, da Grã-Bretanha (8,5%).

Esta descoberta indica que a região da África Austral poderá conter reservas de gás natural muito superiores as expectativas e que poderão transformar a região num dos maiores exportadores de gás natural no mundo. As reservas encontradas estendem-se muito provavelmente para além das fronteiras de Moçambique, incluindo o território da Tanzânia e de Madagáscar. Nos últimos anos, Moçambique tem sido destino privilegiado de grandes companhias que investem em atividades de pesquisa de petróleo e gás em várias regiões, com destaque para a Bacia do Rovuma. Segundo o Banco Mundial, para se poder potencializar estas descobertas será necessário realizar investimentos na ordem dos 55.160 milhões de euros nos próximos anos.

Para além das descobertas da Anadarko, há ainda que ter em conta as descobertas da empresa italiana ENI. A empresa italiana anunciou, também em maio, uma nova bolsa de gás natural com um potencial de entre 198.000 e 282.000 milhões de metros cúbicos. Esta descoberta junta-se ao potencial de exploração da zona de Mamba onde a ENI opera em uma joint-venture com Galp energia (10%), Kogas (10%) e a ENH (10%).

Para além do gás, Moçambique também está à beira de se tornar um importante produtor de carvão. Esta produção, que está na mão de empresas brasileiras, começou a dar os primeiros passos em 2011. Segundo as estimativas do Banco Mundial, este é um sector que também necessitará de fortes investimentos nos próximos anos. Calcula-se que esses investimentos deverão rondar os 8.000 milhões de euros, valor muito próximo do PIB de Moçambique, o qual se situou no ano passado nos 9.500 milhões de euros.

O gás natural e o carvão poderão vir a revolucionar a economia moçambicana, a qual ainda está muito dependente dos serviços e da agricultura. Por outro lado, a economia moçambicana continua muito dependente da ajuda externa, a qual representa cerca de 45% do orçamento do país.

Moçambique abre Representação junto da CPLP

O Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, nomeou, através de um despacho presidencial, Faizal Faquir Cassamo para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário e Representante Permanente da República de Moçambique junto à Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Até à data da sua nomeação, Faizal Cassamo desempenhava as funções de Conselheiro na Embaixada de Moçambique na República Federativa da Alemanha. Anteriormente, o diplomata ocupou os cargos de Diretor Adjunto da Direção para África e Médio Oriente, chefe do Gabinete do Ministro e também chefe do Departamento para a África Subsaariana no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Para além de Moçambique, outros estados membros da CPLP já nomearam representantes permanentes. A missão do Brasil junto da CPLP está a cargo do embaixador Pedro Motta Pinto Coelho e a representação de Angola é chefiada pelo embaixador Júlio Hélder dos Santos Lucas. A embaixadora Maria Clara Borja de Freitas é a representante de Portugal junto da CPLP. A representação de Timor-Leste é, atualmente, da responsabilidade da embaixadora do país acreditada em Lisboa, Natália Carrascalão. A embaixada de São Tomé e Príncipe, através do embaixador Damião Vaz de Almeida, representa o país junto da CPLP, assim como a embaixada da Guiné-Bissau, pelo embaixador acreditado em Lisboa, Fali Embaló. A embaixadora de Cabo Verde em Lisboa, Maria Madalena Brito Neves, representa o seu país junto da CPLP.



O Estado islâmico de Azawad

Aproveitando a fraqueza do regime de Bamako, minado por divisões internas, os diversos movimentos tuaregues proclamaram a independência da parte norte do Mali, abrangendo as cidades de Gao e Tombuctu, esta última considerada património mundial da UNESCO devido ao seu rico legado arquitectónico, onde se destacam as mesquitas de Sidi Yahia, Djingareyber e Sankoré, joias da arquitetura que testemunham o apogeu da cidade.

Apesar desta riqueza ser reconhecida internacionalmente, a partir do momento em que os rebeldes tuaregues assumiram o controlo da cidade de Tombuctu, os rebeldes da Ansar Dine iniciaram a destruição deste património. De acordo com a rigorosa interpretação salafista do islão, a veneração de pessoas é considerada idolatria e sacrilégio.

Face a esta situação e aos avanços militares dos rebeldes, o Governo de transição do Mali, instalado após um golpe militar em março, pediu assistência internacional para combater os ataques dos rebeldes tuaregues que tomaram as principais cidades do Norte do país e especialmente dos radicais da Ansar Dine que está a proceder à destruição sistemática dos edifícios e símbolos religiosos da cidade histórica de Tombuctu. A grande esperança das autoridades de Bamako é que a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) se decida pelo envio de uma força militar que ajude a travar os rebeldes.

O Tribunal Penal Internacional classificou a destruição de monumentos históricos e a profanação de templos religiosos e outros edifícios classificados como Património da Humanidade como um "crime de guerra" e avançou com a abertura de um inquérito.

O comité do património mundial da ONU, que descreveu os acontecimentos em Tombuctu como "repugnantes", pediu à diretora geral da UNESCO, Irina Bokova, a criação de um fundo especial para a proteção da herança cultural do Mali, bem como o envio de uma missão para avaliar no local a extensão dos danos provocados pelos fundamentalistas.

O novo estado, designado por Estado islâmico de Azawad foi oficialmente proclamado a 26 de maio. Baseado na sharia (lei islâmica), não goza do reconhecimento internacional.

Esta proclamação surgiu após os dois movimentos tuaregues, a cor-

rente mais radical representada pela Ansar Dine e os laicos separatistas do Movimento Nacional de Libertação de Azawad, terem chegado a um acordo sobre a nova entidade. O novo estado tem 830.000 kms², 1,3 milhões de habitantes.

Para líder de Azawad foi escolhido Iyad Ag Ghali, o qual se destacou como mediador em vários raptos de cidadãos ocidentais.

Mapa do Novo Estado de Azawad



Fonte. El Pais 2012

O acordo alcançado por estas duas facções não incluiu outros dois grupos estabelecidos no território do Azawad, o ramo magrebino da Al Qaeda (AQMI) e outro pequeno grupo terrorista, o Movimento para a Unicidade da Yihad na África Ocidental (MUYAO), implantados em Azawad.



Candidaturas às Presidenciais Angolanas

Com vista à realização das eleições gerais em Angola, o Tribunal Constitucional abriu, partir de 19 de junho, o período durante o qual os partidos políticos e coligações podiam apresentar as candidaturas às próximas eleições gerais. O anúncio para a apresentação das candidaturas ocorreu cinco dias depois do Presidente da República ter convocado, por decreto, as eleições gerais para 31 de agosto.

A Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais estabelece que as candidaturas a deputado à Assembleia Nacional são apresentadas até ao 20º dia após a convocação das eleições gerais.

Na corrida presidencial o claro favorito é o líder do MPLA, José Eduardo dos Santos, o qual beneficia de uma oposição enfraquecida, nomeadamente do seu principal partido, a UNITA. Para além de não ter conseguido afirmar-se politicamente ao longo dos anos, a UNITA conta também com uma cisão interna que permitiu o aparecimento de um novo ator político, a Convergência Ampla de Salvação Nacional de Angola – Coligação Eleitoral. Esta nova organização política, liderada por Abel Chivukuvuku, acusa a UNITA de ineficiência na oposição ao MPLA. Refira-se que a UNITA obteve nas eleições legislativas de 2008 apenas 10,4% dos votos.

A 6 de junho, o Tribunal Constitucional afastou, em definitivo, onze dos 16 partidos políticos que apresentaram reclamações relativas às suas candidaturas às eleições gerais de 31 de agosto. Foram afastados os partidos políticos PSA, PREA, PDN, MPRSN, MDIA-PCN, PCCA, PDA, PSD e PDP-ANA, e as coligações de partidos políticos CVD e LUA. A falta de documentação ou documentação incorreta e incompleta foram as razões para que estas formações políticas fossem excluídas.

Foram admitidos na corrida às eleições as seguintes forças políticas: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); Partido de Renovação Social (PRS); União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA); Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA); Partido Popular para o Desenvolvimento (PAPOD); Convergência Ampla para Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE); Conselho Político da Oposição (CPO); Nova Democracia União Eleitoral (ND) e a COLIGAÇÃO Frente Unida para Mudanças de Angola (FUMA).



Ponte Maputo Catembe

De acordo com informações do Ministério das Finanças moçambicano, O banco chinês Exim Bank vai financiar com cerca de 60 milhões de euros a construção da Ponte Maputo-Catembe, que vai ligar as duas margens da Baía de Maputo.

O Ministro das Finanças moçambicano, Manuel Chang, e o vice-presidente do Exim Bank, Zhu Xinqulanga, formalizaram em Pequim o acordo de crédito para as obras da infraestrutura. O financiamento, que vai ser canalizado pela China no quadro do referido acordo de financiamento, representa apenas 10% do orçamento necessário para a construção da infraestrutura e de uma rede de estradas complementares.

No total, as obras do empreendimento têm sido estimadas em mais de 400 milhões de euros. Portugal havia dado garantias de financiamento da Ponte Maputo-Catembe, mas recuou nesse compromisso devido à crise económica que atinge o país, obrigando Moçambique a procurar outros credores para a viabilização do projeto, visto como importante para a expansão da capital moçambicana, já saturado na margem norte da Baía de Maputo.

Eleições Presidenciais no Egito

Mohamed Morsi, candidato do movimento Irmandade Muçulmana, foi declarado vencedor das eleições presidenciais no Egito, chegando assim o movimento islamista ao poder ao fim de vários anos de luta. Mohamed Morsi era chefe do Partido da Justiça e da Liberdade, frente legal da Irmandade Muçulmana. Durante a campanha eleitoral, Morsi contou com o apoio da grande massa de militantes da Irmandade, a mais importante e melhor organizada das forças políticas no país, sem contar com as Forças Armadas.

Morsi obteve 13 milhões de votos contra mais de 12 milhões do seu rival Ahmad Chafiq, antigo primeiro ministro de Hosni Mubarak, de acordo com o anúncio feito pelo presidente da Comissão Eleitoral, Farouk Soltan. Ainda de acordo com a Comissão Eleitoral, a taxa de participação na segunda volta das presidenciais nos dias 16 e 17 de junho atingiu os 51%, quando na primeira volta, a 23 e 24 de maio, se tinha ficado pelos 46%.

Apesar da legitimidade concedida pelo voto popular, o futuro presidente egípcio terá no entanto uma margem de manobra muito pequena face a um todo-poderoso Conselho Militar que comanda os destinos do país desde a queda do antigo presidente Hosni Mubarak, quando recuperou o poder legislativo depois de dissolver a Assembleia controlada pelos islamitas.

Não foi apenas no Egito que esta vitória foi saudada. Também na Faixa de Gaza, em território palestino governado pelo movimento islamita radical Hamas, aliado da Irmandade Muçulmana, a declaração de vitória do aliado foi efusivamente saudada para o ar pelos militantes palestinos com tiros de armas automáticas que mostravam assim a alegria de ver no país vizinho um movimento que professa a mesma ideologia.

Eleições Presidenciais no Egito

O Conselho de Ministros de Moçambique ratificou, a 7 de junho, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, A posição do governo de Moçambique relativa à adopção do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, teve em conta o facto de Moçambique ter assumido a presidência da CPLP, durante a cimeira da comunidade lusófona, que se realizou em Maputo.

O governo moçambicano justificou o atraso na ratificação com a necessidade de clarificar e ganhar a dimensão total das implicações de natureza não só financeira como também organizativa. Uma das questões que foi avaliada foi a interligação do português com as línguas nacionais.

Após a ratificação, Moçambique terá um período de derrogação, embora não tenha ficado claro de quanto tempo será, durante o qual se ajustarão todos os instrumentos necessários para que a implementação do acordo seja efetivo.



Novo Líder do MLSTP-PSD

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), principal força política da oposição são-tomense, elegeu Jorge Amado, em junho, como seu novo líder. Doutorado em ciências agrárias pela Academia Veterinária de Moscovo e licenciado em engenharia zootécnica, Jorge Amado, de 58 anos, foi eleito por unanimidade no Conselho Nacional do seu partido, depois de derrotar os outros três candidatos na votação da Comissão Política Nacional, Carlos (Ito) Gomes, antigo presidente da Comissão do Golfo da Guiné, posteriormente substituído por Miguel Trovoada, Osvaldo Vaz, diretor-geral da Sonangol em São Tomé e Príncipe, e Alcino Barros Pinto, antigo ministro do Equipamento Social e Ambiente.

Depois de um período conturbado, que coincidiu com a Presidência de Aurélio Martins, o MLSTP procura agora sarar as feridas que ficaram das eleições presidenciais, quando vários candidatos oriundos do partido se candidataram contra o atual presidente do país Manuel Pinto da Costa. O grande objetivo de Jorge Amado é o de fortalecer o partido de modo a que possa exercer uma forte oposição ao governo da ADI liderado por Patrice Trovoada.

Jorge Amado foi Ministro da Agricultura em 2004, no governo de Maria das Neves, e exercia, até ser eleito, o cargo de embaixador de São Tomé e Príncipe em Taiwan.



Cimeira da CPLP em Maputo

Subordinada ao tema “A CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional”, teve lugar em Maputo a 20 de julho a IX Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). À partida havia dois assuntos delicados para serem debatidos durante este encontro, a eventual adesão da Guiné Equatorial à CPLP e a presença de representantes do governo da Guiné Bissau saídos do golpe de 12 de abril.

As autoridades Malabo apresentaram o seu pedido de adesão à CPLP em 2004 e manifestaram-se convictos que seriam aceites, como membros de pleno direito, na Cimeira de Maputo. A questão não é pacífica no seio dos membros da CPLP devido ao regime ditatorial de Teodoro Obiang que dirige o país com punho de ferro desde 1979. Porém, as fortes capacidades financeiras da Guiné Equatorial, derivadas das suas reservas petrolíferas, e as grandes ligações com alguns dos membros da CPLP fizeram com que este pedido conta-se quase que unicamente com a oposição de Portugal. A violação dos direitos humanos na Guiné Equatorial é a principal questão que explica a oposição de Portugal.

A CPLP assumiu em 2010 que a candidatura da Guiné Equatorial, em vez de ser automática, passaria por um processo de apreciação que seria gradual. É precisamente com base neste argumento, que Portugal considera que o processo ainda não está concluído.

Para o governo de Malabo a adesão à CPLP é uma forma de escapar a algum isolamento internacional, e encontrar assim o apoio de vários países, nomeadamente africanos.

Segundo a Declaração Final da Cimeira, a questão da adesão da Guiné Equatorial à CPLP voltou a ser adiada, e, ao contrário do que aconteceu há dois anos na reunião de Luanda, não ficou estabelecido qualquer data para se voltar a debater o assunto.

A Declaração de Maputo referiu que a adesão da Guiné Equatorial, que já detém o estatuto de observador, dependerá de “convergir com os objetivos e princípios orientadores da comunidade”, para o que contará com o apoio de “um grupo permanente de acompanhamento conjunto”.¹

¹

CPLP: Declaração de Maputo, 20/07/2012.



A outra questão delicada tinha a ver com quem representaria a Guiné Bissau na Cimeira, uma vez que a CPLP não reconheceu o governo saído do golpe de estado de 12 de abril em Bissau. Por outro lado, a CPLP tem sido a origem dos ataques mais duros às novas autoridades guineenses, mantendo o discurso de apoio aos líderes depostos e apelando ao regresso à normalidade constitucional.

A tensão à volta da representação da Guiné Bissau na Cimeira da CPLP era elevada dada a posição da organização, assente no facto de que todas as reuniões da CPLP, depois de 12 de abril, têm tido o Governo saído das últimas eleições, o Presidente interino Raimundo Pereira, e o Primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, como representantes da Guiné-Bissau. Esta posição fez com que as atuais autoridades de Bissau tivessem criticado a CPLP e inclusivamente ameaçado abandonar a organização.

No final dos trabalhos da Cimeira de Maputo, a CPLP reiterou que as únicas autoridades da Guiné-Bissau reconhecidas pela CPLP são as que resultam da legitimidade constitucional e democrática, às quais expressam o seu apoio, e exigem a reposição integral da ordem constitucional, a restauração do funcionamento e da autoridade dos órgãos legítimos de poder, incluindo o Presidente da República Interino e o Primeiro-Ministro.²

O governo de transição da Guiné-Bissau considerou que a CPLP caminha “para um beco sem saída” ao manter a posição de não reconhecimento das autoridades de Bissau e criticou Portugal por suspender grande parte dos seus projetos de ajuda.

Esta posição mais radical do governo de Bissau também se pode explicar pelo apoio que tem recebido da CEDEAO o qual, de certo modo, tem servido para combater as críticas internacionais. Aliás, a crise na Guiné tem prejudicado as relações entre a CEDEAO e a CPLP. Embora publicamente haja uma tentativa de suavizar estas divergências, bem visíveis nos comentários do Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, o qual afirmou que as duas organizações (CEDEAO e CPLP) fazem “interpretações diferentes sobre o mecanismo de reposição da ordem constitucional”. Recordamos que, ao contrário da CPLP, que defendia a reposição do poder

apeado pelo golpe de Estado de 12 de abril último e a realização da segunda volta das eleições presidenciais, a CEDEAO apoiou os esforços para a constituição do Governo de transição e a nomeação de um novo Presidente da República interino.

Mas, ao mesmo tempo, o Secretário Executivo reconheceu haver um objectivo comum de reposição da ordem constitucional, persistindo apenas divergências no que concerne a “como lá chegar”, circunstância que “divide realmente as partes”.

Esta Cimeira marcou o fim da presidência angolana da Organização e a passagem de testemunho para Moçambique. A Cimeira também marcou o fim do mandato de Domingos Simões Pereira como Secretário Executivo e a nomeação do moçambicano Murade Isaac Miguigy Murargy até agora desempenhava o cargo do Embaixador de Moçambique em Brasília, onde se encontrava desde 2005. Murade Murargy de 65 anos é Embaixador de carreira e foi durante 10 anos secretário-geral da Presidência da República de Moçambique. Os Estados Membros expressaram o seu agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Engenheiro Domingos Simões Pereira na condução dos destinos do Secretariado Executivo, no período de julho de 2008 a julho de 2012, nomeadamente na projeção e reforço do prestígio internacional da CPLP, e na prossecução da reforma institucional da Organização.

Relativamente ao tema central da Cimeira, Segurança Alimentar, os líderes dos países lusófonos aprovaram uma Declaração intitulada “A CPLP e os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional”, realçando que o objectivo global da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) é o de contribuir para a concretização do direito humano à alimentação adequada, e erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados membros das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional; realçaram ainda que o ponto central desta Estratégia passa pelo compromisso dos Estados membros em assumirem a segurança alimentar e nutricional como prioridade da agenda política nacional e comunitária como estratégia inerente ao desenvolvimento; Endossaram como eixos prioritários da ESAN-CPLP: o fortalecimento da governação; o acesso à alimentação para melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis; o aumento da oferta de alimentos pelos pequenos produtores.³

² CPLP: Declaração sobre a Situação na Guiné Bissau, 19/07/2012

³ CPLP: Declaração sobre a CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional, Maputo 19/07/2012.



No final dos trabalhos, a CPLP prestou homenagem a três antigos Presidentes entretanto falecidos: Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde entre 1975 e 1991, falecido a 27 de setembro de 2011 Francisco Xavier do Amaral, Proclamador da independência e Presidente da República Democrática de Timor-Leste entre 1975 e 1978, falecido a 6 de março de 2012 e Presidente Malam Bacai Sanhá, Presidente da República da Guiné-Bissau falecido a 9 de janeiro de 2012, no decurso do seu mandato.

Uma nota menos positiva desta Cimeira foi a ausência dos Chefes de Estado de Angola e do Brasil. Em ambos os casos, o argumento oficial foi a existência de outros compromissos.

Nova Procuradora do TPI

A jurista gambiana Fatou Bensouda assumiu o cargo de Procuradora do Tribunal Penal Internacional (TPI) em Haia, substituindo o argentino Luis Moreno-Ocampo. Bensouda foi eleita por unanimidade como nova promotora-chefe do TPI na Assembleia dos 121 Estados membros do Tribunal, em dezembro de 2011. O grande desafio que tem pela frente é o de se manter firme em relação a pressões externas, mantendo sua credibilidade e independência do TPI.

Fatou ocupava o cargo de vice-promotora-chefe do TPI desde 2004 tendo, em diversas ocasiões, substituído Moreno-Ocampo durante as suas ausências, e conhece a fundo a instituição. Durante sua gestão, ela demonstrou uma clara preocupação com crimes de gênero e violência sexual contra milhares de mulheres e crianças em áreas de guerra.

Depois de concluir sua graduação em direito na Nigéria, concluiu um mestrado em Malta. Antes de trabalhar no TPI de Haia, Bensouda foi diretora do Tribunal da ONU para julgamento de crimes de guerra em Arusha, na Tanzânia, onde contribuiu para esclarecer o genocídio ocorrido no Ruanda.

Em função de sua origem africana, Fatou Bensouda parece ser a sucessora ideal de Ocampo, uma vez que a maioria dos processos no Tribunal é movida contra réus africanos. Apesar da sua importância, o TPI tem sido criticado pela lentidão nas suas decisões. Entre

as críticas recebidas pelo Tribunal, está por exemplo o fato de que Ocampo só julgou este ano – ou seja, oito anos após a fundação do TPI – o ex-líder da guerrilha Thomas Lubanga, do Congo, bem como o ex-presidente da Libéria, Charles Taylor.

Os países africanos membros do TPI saudaram o fato de o órgão passar a ser dirigido por uma jurista experiente, que conhece bem o continente africano. Pois quase todos os processos em andamento no Tribunal têm a ver com os africanos, entre estes, com o presidente sudanês Omar al-Bashir, o ex-vice-presidente do Congo, Jean-Pierre Bemba e Laurent Gbagbo, ex-presidente da Costa do Marfim. Para além destes dois casos mais conhecidos, o TPI está a ser pressionado para levar à justiça o líder rebelde o ugandês Joseph Kony; Saif al-Islam Kadafi, filho do antigo líder líbio Muamar Kadafi.

Porém, para muitos africanos, é incompreensível que a maioria dos acusados seja africanos. Muita gente pensa que o TPI tem por meta fazer valer a “justiça branca”, para acertar as contas com os africanos. Fatou Bensouda opõe-se com veemência a isso, afirmando que o Tribunal Penal Internacional conta com o apoio dos países africanos. Prova disso é que até hoje, mais de 30 países africanos já assinaram o Estatuto de Roma, tornando-se assim membros do TPI. E quase um terço dos juizes do Tribunal vem da África. O elevado número de acusados africanos, face a outras regiões do globo, deve-se ao facto de em nenhuma outra região do planeta a ausência de instituições legais é tão grande como em África.



Reunião Empresários Lusófonos

Empresários de língua portuguesa reuniram-se em julho, em Luanda, para debater o reforço da cooperação económica e testemunharem a passagem da presidência da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP) de Angola para Moçambique, a qual coincidiu com a passagem da presidência da CPLP de Angola para Moçambique. A CE-CPLP foi criada em Bissau, em dezembro de 2009.

Durante o encontro foi apresentado o Angola Business Forum, estrutura criada por Angola que, na sequência da assinatura de um memorando de entendimento entre a CE-CPLP e a Confederação Sindical da CPLP, que acolheu, a assinatura de um convénio para a criação do Conselho Económico e Social da CPLP. Esta estrutura foi avalizada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu em Maputo. O objectivo desta Confederação é, segundo Francisco Viana, diretor executivo da CE-CPLP, o de elevar a comunidade, como um todo, a patamares de desenvolvimento humano e social compatível com as nossas aspirações de desenvolvimento e prosperidade, considerando que governos, empresários e sindicatos passam a estar ligados por uma estrutura comum.

Na conferência da CE-CPLP, presidida por Albina Assis Africano no mandato 2010-2012, participaram membros do Executivo e dos países da comunidade, designadamente o Ministro da Economia e do Emprego de Portugal, Álvaro Santos Pereira, empresários e representantes de associações empresariais nacionais.



XIX Cimeira da União Africana

Entre os dias 9 e 16 de julho realizou-se em Adis Abeba a XIX Cimeira da União Africana (UA). Sob o tema "Promover o Comércio Intra-Africano", esta reunião esteve, inicialmente, previsto para ter lugar no Malawi. No entanto, este país acabou por renunciar a organizar a cimeira da UA por não querer convidar o Presidente sudanês, Omar El Bashir, acusado de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). O Malawi decidiu anular a Cimeira prevista para Lilongwe por causa da insistência da UA em sublinhar que este país não tem o direito de decidir sobre quem deve ou não participar na cimeira. Face a esta recusa do Malawi, a Cimeira passou para Adis Abeba.

Uma das principais questões em debate nesta Cimeira foi a eleição do novo Presidente da Comissão União Africana (UA), órgão que se responsabiliza pela gestão e administração da organização. A presidência da comissão da União Africana foi disputada entre o gabonês Jean Ping, no cargo há cinco anos, e a ministra do interior da África do Sul, Nkosozana Zuma, candidata da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Os dois não conseguiram na Cimeira da UA, de janeiro passado, os dois terços dos votos exigidos.

A sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma acabou por conseguir vencer a corrida ao cargo de Presidente da Comissão da UA, órgão executivo desta organização continental, em substituição do gabonês Jean Ping, que concorria para o seu segundo mandato de quatro anos.

A eleição da antiga Ministra sul-africana dos Negócios Estrangeiros e atual titular da pasta de Administração Interna aconteceu após quatro voltas, na primeira a candidata da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) arrecadou 27 votos. Na segunda ronda obteve 29 votos e na terceira chegou aos 33, menos três para alcançar a maioria necessária para o efeito.

Já na quarta, naquilo que foi voto de confiança ou confirmação, Dlamini-Zuma venceu por 37 votos, contra apenas dois de Jean Ping, tendo havido 12 votos nulos, superando assim os dois terços. Ao anterior Presidente das Comissão foi atribuído o título honorífico de Presidente da Comissão da UA.

Caso nenhum deles alcançasse os dois terços de votos necessários, os Chefes de Estado e de Governo poderiam ter exigido a retirada das duas candidaturas e convocar novas eleições para janeiro de



2013. Foi com bastante alívio que vários países encararam a vitória de Dlamini-Zuma, pois este assunto poderia arrastar a organização para um novo impasse. Logo na abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício da UA e do Benin, Boni Yayi, tinha apelado aos seus homólogos para que se empenhassem para eleger o Presidente da Comissão da União África, uma vez que este impasse afectava a imagem e a gestão da organização.

Esta eleição foi, acima de tudo, uma vitória da diplomacia de Pretória que se envolveu na obtenção dos apoios necessários à eleição da sua candidata. A vitória de Dlamini-Zuma também se deveu a um esforço da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cujos membros se envolveram no apoio a esta candidatura. Para vice-presidente da Comissão da UA, o queniano Erastus Mwencha, foi reconduzido.

Para além da eleição do Presidente e Vice-presidente da Comissão, durante esta Cimeira também foram eleitos oito comissários da União Africana entre os quais Ramtane Lamamra (Argélia), para as questões de paz e segurança, Alisdha Abdullahi (Nigéria), assunto políticos, Elham Mahmoud (Egito), para infraestruturas e energia, Mustapha Kaloko (Serra Leoa) ficou com assuntos sociais, Fátima Acyl (Chade), desenvolvimento e industrial e Rhoda Tumusiime (Uganda), com a economia rural e agricultura. Foram ainda escolhidos três juizes para Tribunal africano dos direitos humanos e dos povos (AFCHPR), respectivamente, da Gâmbia, do Burundi e do Quênia.

Em relação ao conflito que opõe o Sudão ao Sudão do Sul, a UA fixou um ultimato aos dois países, intimando-os a concluir, até 2 de agosto de 2012, os acordos sobre as questões pendentes entre os dois países, nomeadamente sobre o pagamento dos impostos sobre o trânsito do petróleo, a delimitação imediata da fronteira entre o norte e o sul e a reinício das negociações entre as duas partes

O Conselho apelou para a conclusão das negociações e a reabertura imediata da fronteira entre o norte e o sul, para permitir às comunidades transfronteiriças começar a negociar uns com os outros, no quadro dum plano de restabelecimento dos intercâmbios após o conflito.

O Conselho de Paz e Segurança da UA exortou os dois países a tomar medidas para evitar qualquer regresso à ação militar no Nilo Azul

Meridional e em Kordofan-Sul. O Sudão Sul confiscou os campos petrolíferos na província de Heglig, depois de acusar o Sudão de utilizar a localidade para lançar ataques militares que provocaram a destruição das principais infraestruturas na região.

No que diz respeito à disputada província de Abyei, os líderes africanos, que exprimiram a sua preocupação pelo facto de que o Sudão atrasar a retirada de algumas das suas unidades da Polícia da localidade, declararam que as duas partes devem convocar com urgência uma reunião para finalizar a formação do Conselho Executivo de Abyei.

O Primeiro-Ministro etíope, Meles Zenawi, foi nomeado mediador da crise, e nesta qualidade deverá fornecer um relatório parcelar antes da data limite de 2 de agosto de 2012.

Em relação ao Mali, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA), apelou à formação de um novo Governo no país até 31 de julho corrente. Para tal, a UA irá apoiar o Presidente interino, Diouma Traoré, e o primeiro-ministro maliano, Cheick Modibo Diarra, a fim de lançar o processo de formação de um Governo interino que tenha uma ampla base de apoio nacional.

Em relação às crises no Mali e na Guiné Bissau, a UA conta com o apoio e as iniciativas da Comunidade de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) para a resolução das mesmas. No caso do Mali, o Presidente Blaise Compaoré, do Burkina Faso, é o mediador regional desta crise no Mali iniciada pelo golpe de Estado militar de 22 de março último que destituiu o Governo eleito do Presidente Ahmadou Toumani Touré, e favoreceu a rebelião separatista no norte do país.

Para ajudar a resolver esta crise, a CEDEAO elaborou um roteiro para uma transição política num período de 12 meses. Parte desse roteiro passa pela decisão de enviar uma força de 3 mil homens. Nesse sentido, Os dirigentes da CEDEAO decidiram enviar ao Mali uma Missão de Avaliação Técnica a fim de preparar com a Autoridade de Transição do país a chegada da Missão da Força de Alerta da CEDEAO para o Mali (MICEMA).

No caso da Guiné Bissau, a CEDEAO apoiou o envio de uma força de paz com vista a apoiar o período e transição. Em relação à crise guineense não deixa de ser contraditória a posição da UA que, após ter condenado, juntamente com a ONU e a CPLP, o golpe militar de 12



de abril e apelado à reposição da legalidade constitucional, venha agora apoiar e elogiar os esforços da CEDEAO que aceitou dialogar com as autoridades guineenses saídas do golpe.

Os estadistas africanos aprovaram a proposta de orçamento para 2013, revista, que prevê despesas avaliadas em cerca de 281 milhões USD, sendo 120 milhões USD para o Comité de Paz e Segurança e os restantes para programas da organização e despesas com o pessoal.

A Cimeira decidiu remeter para a próxima cimeira prevista para janeiro de 2013, entre outras, o relatório sobre a transformação da Comissão da União Africana em Autoridade da UA.

Também para posterior discussão e eventual aprovação foram transferidos os projetos de protocolos do ato constitutivo relativo ao Parlamento pan-africano, sobre o Tribunal africano de Justiça e Direitos Humanos e de modelo de projeto de lei nacional da União Africana sobre a jurisdição universal no domínio dos crimes internacionais.

Ilha do Príncipe – Reserva Mundial da Biosfera

No dia 11 de julho, a UNESCO, declarou a Ilha do Príncipe como reserva mundial da biosfera. A Ilha do Príncipe passou a fazer parte da Rede Mundial das Reservas da Biosfera composta por 598 reservas de 117 países. A lista da Reserva da Biosfera foi instituída pela agência da ONU, para abrigar uma rede de áreas mundiais que se destacam pelo seu valor ambiental para a humanidade.

Ao atribuir este estatuto à Ilha do Príncipe, a UNESCO reconheceu a riqueza natural existente e que deve ser preservado. O Príncipe tem mais de 40 espécies de animais endémicos, dos quais se destacam o papagaio cinzento e a tartaruga SADA, esta última atualmente em vias de extinção e que a nível da região da África Central, só encontra habitat seguro na ilha do Príncipe.

A nível da flora, a floresta densa que cobre a ilha, conserva plantas únicas no mundo. Muitas delas com propriedades curativas já

cientificamente comprovadas. O mar da ilha é considerado um dos principais bancos de peixe da zona do Golfo da Guiné.

A Região Autónoma de Príncipe candidatou-se à reserva da biosfera UNESCO com o apoio da Cooperação Portuguesa em virtude de um estudo realizado e apresentado por uma equipa de biólogos portugueses que esteve na Ilha do Príncipe. Este projeto foi coordenado pelo Professor António Domingos Abreu, e envolveu uma equipa multidisciplinar de cientistas.

Tensão Religiosa agrava-se na Nigéria

Desde a sua independência, todos os governos na Nigéria tiveram que lidar com um delicado equilíbrio entre as diferenças religiosas, regionais e étnicas que existem no país. Ao longo dos tempos, cada um destes factores explicou crises e instabilidades internas. Na atualidade as clivagens religiosas são a principal fonte de conflito no país.

Do ponto de vista religioso poder-se-á dizer que o país está dividido entre o norte islâmico e o sul cristão, sendo que a zona central da Nigéria é um misto das duas religiões.

Desde 2009, o Boko Haram, grupo islâmico radical e armado, tem levado a cabo uma série de ataques contra a comunidade cristã no país, privilegiando os ataques a igrejas, e contra as autoridades do país. Apesar de ter começado os seus ataques com armas artesanais, o Boko Haram rapidamente evoluiu no seu modus operandi, o que dá a entender que goza de fortes apoios financeiros que lhe permite quer adquirir equipamento, quer recrutar membros, nomeadamente para as suas ações suicidas. Por outro lado, existem evidências de ligações deste grupo ao braço da Al-Qaida no norte de África, a Al-Qaida do Magreb Islâmico. Os membros do Boko Haram receberam treino da Al-Qaida no Mali e na Somália, neste último país através da milícia islâmica do Al-Shabab.

O grande objetivo do grupo é o de expandir a lei islâmica, a sharia, que já vigora no norte da Nigéria, a todo o país. Estes ataques

agravaram-se em meados de 2012, pondo em causa o frágil relacionamento existente entre as comunidades cristãs e muçulmana do país.

Após diversos ataques, os líderes da comunidade cristã já avisaram que a paciência estará a chegar ao fim e as retaliações poderão começar em breve. O facto dos ataques do Boko Haram estarem agora concentrados no centro do país, onde ambas as religiões têm fortes comunidades, demonstra que a estratégia deste grupo é precisamente a de quebrar o frágil equilíbrio existente. Exemplo da crescente conflitualidade foram os confrontos registados em julho na cidade de Jos, no centro do país, que se saldaram pela morte de mais de 60 pessoas.

Perante este agravamento da situação, o governo do Presidente Goodluck Jonathan já tinha afirmado em março que as forças de segurança iriam estar mais presentes no terreno e que o conflito seria controlado até meados do ano. Porém, nada disso aconteceu e é evidente a falta de soluções do governo para controlar a situação. Paralelamente, o aumento da pobreza no norte do país, apesar do crescimento económico que a Nigéria regista, explica, em parte, a facilidade que o Boko Haram tem tido no recrutamento de novos membros.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05